

ASPECTOS DA CULTURA MATERIAL EM TESTAMENTOS E INVENTÁRIOS *POST-MORTEM* DA CAPITANIA DO MARANHÃO, SÉCULOS XVIII EXIX.

Antonia da Silva Mota PPG-UFPE/UFMA

Aborda-se aspectos da vida material, no momento áureo da economia agroexportadora na região. Em linhas gerais, percebe-se nos inúmeros testamentos e inventários *post-mortem* analisados, a mudança da pecuária extensiva para a agroexportação do algodão e do arroz. O cultivo de gêneros agrícolas para exportação ocasionou nova leva de imigração portuguesa, que chegaram com maior intensidade para explorar a nova fronteira agrícola. Estes trouxeram inúmeras etnias africanas que foram utilizadas no trabalho das lavouras. Por outro lado, as comunidades nativas e seus descendentes ainda tinham uma presença muito forte na região. Deu-se um surto demográfico, a população da Capitania que, em 1778 era de 47.410 habitantes, salta para 152.893 na segunda década do século XIX. O Maranhão passou a ser a quarta região econômica da Colônia, sendo o porto de São Luís o local por onde era exportada a produção e por onde entravam os artigos importados e os escravos. A população desta cidade estava ao redor dos vinte mil habitantes em 1822. Portanto, o estudo da cultura material neste momento manifesta estas duas variáveis: o crescimento acelerado da região no final da Colônia e o entrelaçamento destas culturas.

Os testamentos e inventários *post-mortem* existentes no Arquivo Público do Estado e do Tribunal de Justiça do Maranhão, dizem respeito, principalmente, aos moradores da cidade de São Luís e arredores. A fortuna das famílias, naquela conjuntura, manifesta o aumento do nível da riqueza material, aliado a uma intensa concentração de renda, característico das economias escravistas-exportadoras. Portanto, o estudo caminha balizado pelas observações de Jean-Marie Pesez, que ressalta a “evidente relação da cultura material com os condicionamentos

materiais que pesam sobre a vida do homem e às quais ele opõe uma resposta que é precisamente a cultura”.ⁱ

A maioria dos moradores de São Luís era proprietário de unidades agrícolas situadas nas férteis ribeiras dos rios que deságuam nas baías de São Marcos e São José, no chamado Golfão Maranhense. Vê-se então que grande parte da riqueza acumulada na agroexportação era direcionada para gastos ligados ao mundo urbano. Fato que se manifesta tanto no espólio das elites, onde se sobressaem as portentosas casas de moradia, o mobiliário, as louças, roupas e adereços refinados, como no espólio das famílias de exígua fortuna.

Nos inventários, o somatório dos espólios variava, por exemplo, entre os setecentos mil réis do preto forro Joaquim José Rapozo, que morava nas proximidades da Fonte das Pedras, aos sessenta e sete contos de réis do coronel José Antônio Gomes de Souza, cuja família morava num sobrado no bairro da Praia Grande. Salta aos olhos as distâncias entre as rendas. Se esta família de forros possuía apenas “um quarto de casa”, dois escravos adolescentes e algum mobília, utensílios e objetos pessoais, os Gomes de Souza possuíam uma quantidade interminável de bens, que atendiam desde as necessidades básicas, as de conforto e até serviam à ostentação. As grandes fortunas chamaram a atenção do inglês Henry Koster, que esteve em São Luís no começo do século XIX:

*“[havia] grandes somas de dinheiro reunidas e raros os meios de despendê-las. A vida é barata. Uma casa confortável, carro e numerosos servos, podem ser possuídos por baixo preço. A abertura do tráfego possibilitou, evidentemente, a esse povo uma nova ocasião de gastos, na facilidade de obter artigos de roupa e mobília.”*ⁱⁱ

Apesar da extrema desigualdade dos espólios, praticamente todos tinham casa e escravos. As moradias iam do “quarto de casa” aos sobrados aristocráticos e seu valor variava conforme o tamanho, a qualidade dos materiais de construção e a localização, pois neste momento já havia uma segregação social por bairros. A área mais valorizada era a Praia

Grande e seus arredores, pela proximidade do porto e dos principais prédios da administração civil e eclesiástica. Obviamente que o “recheio” das casas se modifica conforme a renda da família, mas é possível notar objetos que estão praticamente em todos os espólios, tais como: as panelas e caldeirões de ferro, os garfos, as colheres, os baús, as bancas, as cômodas, os armários, os bofetes, os oratórios, etc. Estes correspondem ao aparelhamento da cozinha, aos objetos que serviam para guardar coisas, outros que atendiam à comodidade e ao descanso. Em menor número estão aquelas famílias que tinham acesso a objetos que lhes davam visibilidade social, como as jóias e adereços de acentuado valor.

Lendo através destes objetos vemos o entrelaçamento das culturas, pois muitos deles têm sua origem apontada, como vemos: cabaça de madeira, rede de taboca, canastra de pau da terra, cadeiras de palhinha do Porto, toalhas de linho bordadas de Guimarães, chapéus de sol de Braga, relógio francês, serviço de chá da Índia, tigelas ordinárias de fábrica (estas últimas, provavelmente vindas da Inglaterra). O detalhamento dos espólios também nos fala sobre hábitos, em especial os alimentares, como as sempre presente rodas de ralar mandioca e os fornos de cobre, as tigelas de tomar café, as sopeiras, as chocolateiras, os aparelhos de chá, este último objeto comum somente entre os de grande fortuna. Mas havia um costume que unia a todos, ricos e pobres: a posse de objetos de devoção, como os rosários, os crucifixos, os oratórios, os santos entalhados ou esculpidos, de ouro ou prata etc.

Os objetos também se dividiam conforme o sexo. Aos homens pertenciam as pantalonas, os calções de ganga, os coletes, as casacas, as meias, as bengalas, as fardas, os chapéus de sol, as espadas, as esporas. Certo que o valor destes variava conforme a procedência, o tecido, o material. Entre as mulheres eram comuns as camisas, as saias, os anéis, os brincos, os cordões de contas, de pedras, de ouro, até de diamantes. Segundo Daniel Roche, *“nas escolhas que caracterizavam a economia do cotidiano se mesclavam de maneira complexa os fatores de socialização, o cultural e o antropológico e também o social e o econômico, o nível de renda e as distâncias entre as rendas e a representação dos atores.”*ⁱⁱⁱ

A proximidade com o mundo urbano fez com que grande parte da riqueza acumulada acabasse por se cristalizar nas aplicações rentistas, característica das sociedades pré-capitalistas^{iv}. O que contrastava com a precariedade das relações e das técnicas aplicadas na produção agrícola, onde o aparelhamento das fazendas se resumia ao mínimo necessário ao trabalho e à alimentação dos escravos. Invariavelmente as unidades produtivas rurais possuíam machados, foices de abater e capinar, ferros de cova, enxadas, as balanças e os engenhos de descarregar algodão. As fazendas também contavam com utensílios e ferramentas que davam suporte à produção: armas de fogo, carros de boi e canoas, estes utilizados no transporte de mercadorias; rodas de ralar mandioca, forno de cobre, caldeirões e tachos de ferro, que atendiam a necessidade de alimentação dos trabalhadores. Por outro lado, observamos um conjunto de objetos que dizem respeito ao controle dos escravos, como as algemas, os grilhões, as correntes e, em alguns casos, troncos, celas e “viramundos”.

O estudo da cultura material pode nos falar sobre a especificidade daquele momento histórico, onde o refinamento convivia com a precariedade de uma sociedade escravista e desigual.

ⁱ História da cultura material. In: Le Goff, Jacques. *A História Nova*. São Paulo, Martins Fontes, 1998, p. 184

ⁱⁱ Henry Koster, *Viagens ao Nordeste do Brasil*, Tradução, prefácio e comentários de Luís da Câmara Cascudo. 12^a ed. v.1, ABC editora. Rio, São Paulo, Fortaleza, 2003, p 251.

ⁱⁱⁱ Daniel Roche, *História das coisas banais: nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XVIII* / tradução de Ana Maria Scherer. – Rio de Janeiro: Rocco, 2000, p. 31.

^{iv} João Luís Ribeiro Fragoso, *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro(1790-1830)*, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992, p. 356.